

Cerco à propaganda

Estudo analisa efeito das restrições feitas à publicidade brasileira

POR GISELLE STAZAUSKAS

Fm junho de 2010, foi publicada no Diário Oficial a resolução RDG N24/2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece normas de divulgação nutricional para alimentos e bebidas. Tornou-se obrigatório um alerta em rótulos de embalagens e peças publicitárias para produtos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, gordura trans e sódio, e bebidas com baixo teor nutricional. Segundo a entidade, a medida foi implantada para proteger os consumidores da omissão de informações ou da indução ao consumo excessivo. Além desta, atualmente tramitam no Congresso Nacional outros 180 projetos de lei relacionados à liberdade de expressão comercial, que visam regulamentar, restringir e até proibir o direito de anunciar.

Para obter informações sobre as influências que essas e outras, restrições têm sobre as empresas, o mercado e a economia, o Instituto Palavra Aberta encomendou o estudo "Efeitos econômicos de restrições impostas à informação publicitária", realizado pela Tendências Consultoria Integrada, que foi divulgado à imprensa e a diversas empresas no mês passado. Nascido da união de entidades como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação

Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), o Instituto defende a plena liberdade de ideias, pensamentos e opiniões, promovendo a liberdade de expressão e de informação.

"Queremos mostrar para as pessoas a importância da informação publicitária e os impactos ao se restringir isso. A concorrência é o



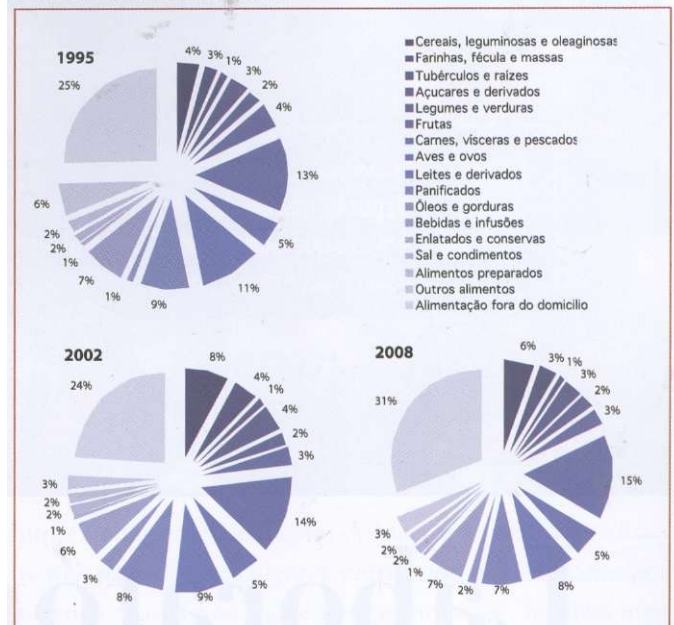
Patricia Blanco, presidente executiva do Instituto Palavra Aberta



ideal de um mercado. A propaganda está associada ao dinamismo, algo característico e muito importante da economia", explica Ernesto Moreira Guedes Filho, economista da Tendências Consultoria, que apresentou os dados do estudo, com foco mais voltado para a RDC N24 especificamente.

Segundo ele, a resolução foi baseada no mercado norte-americano, o que, por si só, já bastaria para ser questionada. Além disso, a política não atinge grande parte da população. Segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados no estudo, o consumo de produtos industrializados ainda é baixo no Brasil e não tem crescido nos últimos anos. "Boa parte das pessoas ainda passa por necessidades alimentares, ou seja, o aumento de renda dessas pessoas é utilizado para a compra de alimentos essenciais, que não são afetados pelas regulamentações, voltadas para industrializados, açúcares, doces etc", diz. O aumento mais significativo observado nos dados da pesquisa foi para a alimentação fora de casa, que em 1995 era de 25,5% e em 2008 já somava 31,1% dos gastos totais com alimentação, o que também entra na lista de itens não afetados pelas

PORCENTAGEM DO GASTO EM ALIMENTAÇÃO POR TIPO DE ALIMENTO



Fonte: POF/IBGE. Elaboração: Tendências.

medidas regulatórias. Além disso, há uma queda no consumo de alimentos como açúcares e derivados, que caíram de 4,5% (2002) para 3,2% (2008); enlatados e conservas, com 0,6% (2002 e 2008); e óleos e gorduras, de 2,6% (2002) para 1,6% (2008). Legumes, verduras e frutas, por exemplo, registraram uma maior estabilidade no consumo (veja gráfico acima).

Ainda segundo Guedes Filho, é errada a ideia de que quanto maior o consumo de produtos industrializados, mais se gasta com saúde. "Mostramos que os gastos com os diversos tipos de grupos de alimentos e bebidas tendem a diminuir os dispêndios com saúde. Como a renda no Brasil é baixa, o aumento do consumo, não importa o tipo de alimento, redundará em melhoria da saúde".

Uma alternativa exposta pela pesquisa para uma política de regulação eficiente seria o incentivo e a criação de um mercado de certificação, devidamente orientado pela Anvisa. Diversas empresas especializadas fariam a concessão de certificados da qualidade dos produtos e seus processos. "Quem tiver a certificação divulgaria isso voluntariamente, e os interessados em obtê-la melhorariam a qualidade de seus produtos. E uma regulação inteligente que não prejudica o mercado", explica o economista.

Para Patrícia Blanco, presidente executiva do Instituto Palavra Aberta, as empresas estão interessadas em participar e promover a autorregulamentação sem a necessidade de leis, pois "elas desestabilizam setores importantes da economia, ajudando a entrar produtos de baixa qualidade e até mesmo ilegais". Segundo Patrícia, esse é o melhor caminho a ser seguido.

